

案件編號：第 560/2021 號（刑事上訴案）

日期：2022 年 9 月 28 日

重要法律問題：

- 欠缺說明理由之判決無效
- 在審查證據方面明顯有錯誤

裁判書內容摘要

根據《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定，作為判決書要件之理由說明部分，法律要求判決當中：列舉經證明及未經證明的事實；闡述即使扼要但盡可能完整、且作為裁判依據的事實上及法律上的理由；列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據。

就“列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據”這一要求，法律並沒有要求法院必須在判決書內列明各個證據的具體內容，也沒有要求對各個證據逐一陳述所進行作批判分析，亦沒有要求解釋法院形成心證的心路歷程，法院對證據的批判分析以及心證之形成通過列舉證據適當予以呈現即可。

審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

疑罪從無原則，是指法院在認定事實的審查證據過程中，對所審查的證據所需要證明的事實的真偽存有合理懷疑，在這種情況下，法院就應該以對嫌犯最有利為依歸，作出有利於嫌犯的事實的決定（中級法院第 368/2014 上訴案之合議庭判決）。

這種合理懷疑並因此帶來無罪判決，必須是法官（而不是上訴人）在形成心證前就對作出決定的事實前提抱有懷疑，且這種懷疑是“合理”及“無法補救”的。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 560/2021 號(刑事上訴案)

第一上訴人：

第二嫌犯 A 或 A1 (A ou A1)

第二上訴人：

第三嫌犯 B 或 B1 或 B2 或 B3 (B ou B1)

日期：2022 年 9 月 28 日

一、 案情敘述

在初級法院第 CR3-20-0158-PCC 號合議庭普通刑事案中，於 2021 年 4 月 30 日，合議庭作出判決，裁定：

a) 第一嫌犯 C (C) 及第二嫌犯 A (A) 以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯的《刑法典》第 244 條第 1 款 b 項結合第 245 條及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項偽造具特別價值之文件罪，判處一年九個月徒刑，暫緩執行該徒刑，為期兩年；

b) 第三嫌犯 B (B) 以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯了《刑法典》第 244 條第 1 款 b 項所規定及處罰的一項偽造文件罪，判處九個月

徒刑，暫緩執行該徒刑，為期兩年，條件為須於裁判確定後一個月內向本特別行政區支付澳門幣 30,000 元捐獻。

*

第二嫌犯 A 不服，向本院提起上訴（上訴理由闡述載於卷宗第 352 頁背頁至第 368 頁）。

上訴人 A 提出以下理據（結論部分）：

1. 原審法庭於 2021 年 4 月 30 日針對上訴人作出有罪判決，判處上訴人以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯《刑法典》第 244 條第 1 款 b 項結合第 245 條及第 29 條第 2 款所規定及處罰的一項偽造具特別價值之文件罪，判處一年九個月徒刑，暫緩執行兩年（該《合議庭裁判》已載於上述卷宗，為著一切法律效力，有關內容在此視作完全轉錄）

2. 經過庭審，針對上訴人之部分，原審法庭將控訴書第 2、4、7、13~18、24、27、28 及 31 條事實及部分載於答辯狀的事實視為已獲證明的事實。

3. 原審法庭完全不採納兩名嫌犯在庭審中作出的聲明。

4. 上訴人及第三嫌犯 B 在庭審中欲向原審法庭講述其出生年代的政治運動、原生家庭的背境、當時生活氛圍等情況，以便能讓原審法庭了解上訴人的成長年代背景，從而解釋上訴人確實不知道其真實身份資料的合理理由。

5. 可是，原審法庭並沒有給予上訴人及第三嫌犯 B 這樣的機會。

6. 上訴人出生於文化大革命爆發期間，自小跟隨祖父生活，因祖父是資本家，成為了當年被文革批鬥的對象，使得上訴人跟隨祖父四處逃避，不能正式上學。

7. 祖父去世後，上訴人被安排寄居於其他親戚家。

8. 上訴人很年幼就要工作，其他生活安排及換取生活用品就由照顧上訴人的親戚負責。

9. 上訴人的父親很嚴肅，不會與家人溝通。

10. 原審法庭指出“……然而，正正很可能因其祖父或家人當年此方面的背景，導致G及有關嫌犯一家當年就不想留在內地生活，……”。

11. 上訴人認同原審法庭上述見解，不排除上訴人的祖父及父母早已不想留在內地生活，而早有安排離開內地生活，但祖父、父母及其他親戚從來沒有向上訴人等數名兒子提及過。

12. 上訴人根本從不知道父母的安排。

13. 原審法庭假若在充分聽取該等事實後，應該採納上訴人的聲明內容，將控訴書第13、24、27、28及31條視為未獲得證明的事實，並將答辯狀內所有事實視作獲得證明。

14. 即使答辯狀內相關事實未能獲得證實，結合嫌犯的聲明、卷宗及各附卷的書證，針對上訴人部分，只能夠證明控訴書第2、4、7、15-18條的事實。

15. 本案重點在於，上訴人向澳門特區政府身份證明局填寫身份資料時，是否知道該等資料是不實？即需要解決的問題是，究竟上訴人什麼時候知道該等資料是不實的？

16. 庭審過程中控方的 2 名證人 D 及 E 的證言，完全不能證明上訴人是什麼時候知道該等資料是不實的。

17. 辯方證人 F 就提到上訴人是到司法警察局接受訊問時，才從其弟弟口中得知真實身份資料。

18. 學者 Manuel Leal-Henriques 認為“倘若無法接受獲證明事實中所得出的邏輯結論，即在證據的分析中存在錯誤，且獲證明的事實之間存有不協調的情況，這樣，便屬審查證據方面明顯有錯誤。”[《澳門刑事訴訟法教程》下冊(第二版)-中文版、Manuel Leal-Henriques 撰寫、法律及司法培訓中心出版、盧映霞翻譯、第 128 版]

19. 《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定“緊隨案件敘述部分之後為理由說明部分，當中列舉經證明及未經證明的事實，以及闡述即使扼要但儘可能完整、且作為裁判依據的事實上及法律上的理由，並列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據。”

20. 原審法庭在判決中只詳細描述了其不接納兩名嫌犯的聲明之心路歷程，但就沒有說明或解釋如何從三名證人的證言及其他庭審獲得的證據去得出該等獲證事實，尤其是上訴人是什麼時候知道該等資料是不實的。

21. 原審法庭應以庭審獲得的證據去決定控訴書所載的事實應否獲得證實，而不是在沒有證據的情況下以自由心證去決定控訴書的事實是否獲得證實。

22. 原審法庭的判決應屬《刑事訴訟法典》第 360 條第一款 a) 項規定的無效。

23. 綜合所有在庭審中得出的證據，根本沒有證據提及或指向控訴書第 13 條下部分的事實，即沒有證據證實上訴人 16 歲到澳門生活時，“清楚知悉其本人的出生地在中國廣東省汕頭市。”

24. 更加沒有證據提及或指向控訴書第 24、27、28 及 31 條的事實。

25. 上訴人沒有忘記“如原審法庭在審查證據時並沒有明顯違反任何經驗法則或自由心證原則及罪疑從無原則，上訴人實不得以其對證據的主觀看法，去質疑原審法庭在依照《刑事訴訟法典》第 114 條的規定下審查證據後所得出的對事實審的判斷。”（中級法院於 2010 年 10 月 21 日作出第 711/2010 號合議庭裁判書）

26. 原審法庭應在至少具有證據的情況下，方按經驗法則或自由心證原則及罪疑從無原則去審查證據；只有這樣，上訴人方不得對原審法庭的自由心證作出質疑。

27. 本案中，原審法庭在沒有任何證據提及或指向該等事實的情況下，不能夠單以“一般常理及經驗法則下形成心證”《合議庭裁判》第 25 版)去對該等事實作出認定。

28. 自由心證原則不應該在沒有證據的情況下被適用。

29. 撇開兩名嫌犯的聲明，在庭審過程中獲得的其他證據未能證實究竟“上訴人什麼時候知道該等資料是不實”，這裡存有一個明顯合理的疑問。

30. 因為根本沒有任何證據提及或指向“上訴人什麼時候知道該等資料是不實”。

31. 原審法庭應該考慮對上訴人最有利的情節，從而認定有利於上訴人之事實。

32. 故此，控訴書第 13 條下部分、第 24、27、28 及 31 條的事實應該視為不獲證實。

33. 申言之，上訴人根本沒有作出任何違法行為的故意，根據《刑法典》第 12 條規定，對上訴人作出的行為應不予處罰。

34. 原審法庭作出的《合議庭裁判》違反了《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定，依據同一法典第 360 條第一款 a) 項屬於無效。

35. 原審法庭作出的《合議庭裁判》違反了《刑法典》第 12 條、“罪疑從無原則”及在審查證據方面明顯有錯誤，沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第一款及第二款 c) 項的瑕疵。

36. 請求尊敬的 法官閣下廢止原審法庭作出的《合議庭裁判》，並開釋上訴人被判處的一項「偽造具特別價值之文件罪」。

*

第三嫌犯 B 不服，向本院提起上訴，上訴人提交的上訴理由闡述載於卷宗第 369 頁至第 441 頁，其中，上訴人陳述了其上訴理由。¹

¹ 第三嫌犯的上訴理由如下（上訴理由闡述之結論部分）：

1.^a Imputa a ora recorrente à decisão recorrida, vícios de erros de direito integrado no fundamento indicado no artº. 400º, n.º.1, do Código de Processo Penal - "quaisquer questões de direito de que pudesse conhecer a decisão recorrida" - no que concerne nos termos do art. 355.º, n.º 2 do Código do Processo Penal da falta de exame crítico da prova quanto a condenação do crime da falsificação de documento, e sob pena de a sentença incorrer na nulidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 360.º do mesmo diploma legal, a violação do

princípio da livre apreciação da prova consagrado no artigo 114.º do Código do Processo Penal, e a violação do princípio *in dubio pro reo*.

2.^a O recorrente não se pode conformar, considerando incorrectamente julgada a matéria de facto dada como provada o cometimento do crime de falsificação de documento.

3.^a Entende o recorrente que a matéria de facto dada como provada relativamente ao crime falsificação de documento a ele imputado existir uma falta de exame crítico da prova nos termos do art. 355.º, n.º 2 do Código do Processo Penal, sob pena de a sentença incorrer na nulidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 360.º do mesmo diploma legal.

4.^a O artigo 355º do Código de Processo Penal que dispõe sobre os "requisitos da sentença" (relatório - n.º 1; fundamentação - n.º 2; e dispositivo ou decisão *stricto sensu*), indica no n.º 2 os elementos que têm de integrar a fundamentação, da qual deve constar uma "exposição, tanto quanto possível completa, ainda que concisa, dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão, com a indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal".

5.^a Em matéria de facto, a fundamentação remete, como refere o segmento final do n.º 2 do artigo 355.º do CPP para a indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal.

6.^a o exame crítico das provas constitui uma noção com dimensão , normativa, com saliente projecção no campo que pretende regular - a fundamentação em matéria de facto - , mas cuja densificação e integração faz apelo a uma complexidade de elementos que se retiram, não da interpretação de princípios jurídicos ou de normas legais, mas da realidade das coisas, da mundividência dos homens e das regras da experiência; a noção de "exame crítico" apresenta-se, nesta perspetiva fundamental, como categoria complexa, em que são salientes espaços prudenciais fora do âmbito de apreciação próprio das questões de direito.

7.^a O exame crítico consiste na enunciação das razões de ciência reveladas ou extraídas das provas administradas, a razão de determinada opção relevante por um ou outro dos meios de prova, os motivos da credibilidade dos depoimentos, o valor de documentos e exames, que o tribunal privilegiou na formação da convicção, em ordem a que os destinatários e um homem médio suposto pela ordem jurídica, exterior ao

processo, com a experiência razoável da vida e das coisas fiquem cientes da lógica do raciocínio seguido pelo tribunal e das razões da sua convicção.

8.^a Para cumprimento daquele requisito não se satisfaz a lei com a mera enumeração dos meios de prova produzidos na audiência de julgamento e dos que serviram para fundamentar a sentença.

9.^a É ainda necessário um exame crítico desses meios, que servirá, além do mais, para convencer os interessados e a comunidade em geral da correcta aplicação da justiça no caso concreto.

10.^a No caso concreto, o recorrente negou de ter cometido o crime de falsificação de documento, concretamente porque só sabia que não nasceu na Tailândia, apenas, e apenas só, depois de apresentar os dois pedidos de, Certificado de Confirmação do Direito de Residência.

11.^a Conforme reproduzido do acórdão, o recorrente negou as acusações, e concretamente declarou em audiência que não sabia aonde nasceu a sua mãe, e sempre acreditava que ele nasceu em Bangucoque - Tailândia, e que a família nunca informou ao recorrente e ao irmão velho que eles nasceram em Shantou, pois lhes disseram que tinham sido nascidos em Bangucoque - Tailândia. O pai ainda lhes disse que quando eles crescerem a adultos iria levá-los para regressar a Tailândia. O nome B1 (B1) foi denominado pelo seu avô paterno, e já tinha conhecimento desse nome desde a infância. Depois da família de ter chegado para Macau, passou a viver em Macau, e em 2007 chegou a requerer o Certificado de Confirmação do Direito de Residência por pretendia obter o Bilhete de Identidade Residente de Macau, mas foi recusado por não ter a nacionalidade chinesa, e o recorrente também aceitou a decisão. Porém, em 2013, da conversa tida com um amigo teve conhecimento que havia um advogado que era hábil de auxiliar pessoas obter a cidadania para residentes que tenham habitados ininterruptamente em Macau, pelo que foi pedir informação ao tal advogado, e na altura também informou ao seu pai, que então veio casualmente para Macau de Hong Kong sobre a sua pretensão, tendo o pai informado o recorrente que na realidade o recorrente nasceu em Shantou, e o recorrente podia regressar a Shantou para que junto dos parentes obtivesse os elementos inerentes. Na altura de como os pais disseram ao recorrente que vocês todos nasceram em Shantou pelo que o recorrente entendeu que os irmãos velhos, incluindo o 2.º arguido, também nasceram em Shantou, e recordava também que a sua avó

paterna antes de falecer tinha dito que eles precisarão de identificar e reconhecer os ancestrais. A esse facto, o recorrente não chegou de informar ao 2.º arguido que também vivia em Macau, durante os quatro anos, entre 2013 ate a 2017, em que o recorrente teve de ser presente na Polícia Judiciária para colaborar na investigação (porque considerou nada especial). Só em 2017, quando a Polícia Judiciária lhe disse que também convidaria o 2.º arguido para colaborar na investigação, razão que informou ao 2.º arguido que todos foram nascidos em Shantou; em 2013, aquando o recorrente tornou requerer o Certificado de Confirmação do Direito de Residência na Direcção dos Serviços de Identificação e que depois de ter sido indeferido novamente, o recorrente decidiu intentar uma acção no Tribunal Administrativo, e neste período, apresentou um certificado notarial de nascimento atestando que ele e sua mãe eram naturais de Shantou (o certificado notarial só foi obtida em 2015); o recorrente desconhecia como os pais obtiveram os passaportes tailandeses em causa. Depois de chegar Macau, só sabia que eles detinham os passaportes quando foram tratar os documentos; ele nunca tinha estado na Tailândia e desde pequeno até os 12 anos de idade tinha vivido em Shantou durante todo período; ele e o seu irmão imediatamente velho não conseguiram obter Bilhetes de Identidade de Residente de Macau porque foram estudar no estrangeiro com a idade de 18 ou 19 até 23 anos, e os seus pais não procederam a renovação dos Títulos de Residência e do Bilhete de Identidade Português de Cidadão Estrangeiro, mas quando o recorrente regressou ainda conseguiu obter o Bilhete de Identidade de Residente de Hong Kong; na vida quotidiana e na comunicação com amigos, usava seu nome chinês.

12.ª Conforme reproduzido do acórdão, o 2.º arguido negou as acusações e concretamente declarou em audiência que não sabia aonde nasceu a sua mãe e que acreditava sempre que nasceu em Bangucoque - Tailândia em 18/5/1966, e só até em Março de 2017 quando foi comunicado pela Polícia Judiciária que precisava de ser investigado, foi inteirar junto do seu pai, mas o pai disse que o assunto não estava com ele. Porém, antes de ir a Polícia Judiciária para investigação, o seu irmão, ou seja o recorrente ou o 3.º arguido lhe informou que na realidade, ele (2.º arguido) também nasceu na cidade de Shantou - China. Só naquela altura que o 2.º arguido estava ciente que nasceu em Shantou. O nome B1 (B1) foi denominado pelo seu avô paterno, e já tinha conhecimento desse nome desde a infância. Que não sabe de como os pais obtiveram os passaportes

tailandeses, e só quando se deslocou para Macau acompanhado dos pais é que sabia que eles detinham os tais passaportes, depois através do advogado soube que o pai é natural de Indonésia, que até 16 anos nunca foi a Tailândia, e nesse período era o avô paterno que tomava conta na terra natal de Shantou. Na China Interior não precisava de documentos, portanto não sabia como era o registo do seu censo e também não sabia se passava a vida como vindo do estrangeiro, e só aprendeu escrever o seu nome em tailandês quando veio para Macau, e nunca questionou porque nasceu em Tailândia mas passou a vida em Shantou desde pequeno. Depois de chegar Macau, toda a família obtiveram Títulos de Residência e Bilhetes de Identidade de Cidadão Estrangeiro, e com a excepção de dois irmãos pequenos, toda a família obtiveram Bilhetes de Identidade de Residente, por volta de 1985, o pai investiu em Tonga e consequentemente resultou que ele obtivesse o Passaporte de Tonga, entre 1988 e 1989, devido os pais e família foram para Hong Kong trabalhar e estabelecer empresa, pelo que obteve o Bilhete de Identidade Residente de Hong Kong, na altura requereu o documento com nome tailandês, nome esse constante no Passaporte de Tonga. O nome originário era A1 (A1) mas para que o nome ficasse mesmo com o nome com o Bilhete de Identidade Residente de Hong Kong, pelo que para o requerimento de Macau também usou o nome de A (A). A vida quotidiana e relações com amigos usa o seu nome em chinês porque outrem ignora a língua tailandesa. A mãe actualmente vive em Shantou.

13.^a Conforme reproduzido do acórdão, a testemunha de acusação D (Chefe substituta da Divisão de Assuntos Judiciais do Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância e então funcionária da Direcção dos Serviços de Identificação) declarou de como o recorrente fez duas vezes pedidos de Certificado de Confirmação do Direito de Residência e como apresentou os documentos, (incluindo a apresentação de informações de Passaporte Tailandês e de Tonga, respectivamente). Na altura a DSIM considerou que ele tinha nacionalidade estrangeira pelo que não deferiu o requerimento do Certificado de Confirmação do Direito de Residência. E relativamente ao indeferimento do segundo pedido, o recorrente intentou uma acção no Tribunal Administrativo. Posteriormente, o recorrente apresentou um documento atestando seu nascimento na China Continental. Depois a DSIM entrevistou o recorrente, e o recorrente referiu que nunca esteve em Tonga. Ao recorrente, há muito tempo atrás, foi emitido um Bilhete de Identidade de Cidadão

Estrangeiro, mas este Bilhete de Identidade foi cancelado por não ter sido renovado; o formulário de pedido de Bilhete de Identidade em fls. 103 do Apenso A foi entregue pelo recorrente quando já atingiu aos 18 anos, por isso segundo a regra devia ser assinado por ele próprio, mas não foi confirmada se a assinatura no pedido se realmente foi assinado pelo recorrente. Se o recorrente tivesse apresentado na primeira vez o seu documento comprovativo de nascimento na China Continental e também residiu em Macau há sete anos, poderia obter o direito de residência e o Bilhete de Identidade de Residente Permanente de Macau.

14.^a Conforme reproduzido do acórdão, a testemunha de acusação E, investigador da Polícia Judiciária, declarou que tomou conta na investigação e que inquiriu depoimento do recorrente e investigou sobre o seu local de nascimento. Os 2.º e 3º arguidos têm reportados às autoridades administrativas que os seus nascimentos eram na Tailândia, e quando atingiram a maioridade também assim reportaram. O recorrente no acto de uma renovação já sabia que o nascimento era na China. A testemunha não chegou de averiguar junto das Autoridades da Tailândia se a terra natal dos arguidos eram na Tailândia ou não.

15.^a Conforme reproduzido do acórdão, a testemunha de defesa F declarou que de como ele conheceu o 2.º arguido e sua personalidade, principalmente indicando que ele conheceu o 2.º arguido por intermédio de sua esposa há cerca de dezoito anos. Ele sabia que o 2.º arguido tem um nome em Tailandês e os amigos o chamam por "Thai Chai". Da relação tida com o 2.º arguido, este disse que nasceu na Tailândia, viveu cresceu e estudou na China continental desde criança. Seus ancestrais se chamavam de apelido X, que veio para Macau quando ele era adolescente e viveu e estudou com seu nome Tailandês. Mais tarde, ele mudou um nome chinês por motivos de Fong Soi, na esperança de ter um negócio próspero e boa saúde. O 2.º arguido mais tarde, informou-o de que ele nasceu na China continental e foi-se confessar por causa do irmão. O 2.º arguido investiu pelo próprio um museu de relógio. Que o 2.º arguido só estava ciente que nasceu na China quando o irmão o informou aquando estavam sujeitos a investigação na Polícia Judiciária. A testemunha confia que o 2.º arguido é uma pessoa séria, responsável, leal e gentil.

16.^a O tribunal a quo entendeu que apesar que o recorrente e o 2.º arguido negaram as acusações e que nos autos não há provas directas e suficientes de que o recorrente tivesse cometido o crime imputado, julgou, pela livre convicção, procedente o crime de falsificação contra o recorrente.

17.^a Um dos fundamentos da convicção do Tribunal a quo é “按照該兩名嫌犯自己所指，其等自小及一直在汕頭生活及成長，一直以中文姓名 A1 及 B1 在內地生活，倘若其等二人當年已被父母告知而使其等認知上以為其等的出生地為泰國屬實，按照常理，其等理應自小便會以為自己為泰國華僑，而按照中國內地於上世紀六十至八十年代對待本地人士及華僑的待遇及管治政策是明顯有所不同的，該兩名嫌犯理應不會察覺不到自己的生活與其他的本地人士無異此奇怪之處，按理也不會不向父母或家人查問究竟，尤其第二嫌犯來澳前已 16 歲，有相當的認知能力，但其十六年來均在內地汕頭生活成長，其不可能對其出生地與多年成長地不吻合不會產生懷疑或向家人了解。更何況，第二嫌犯比第三嫌犯年長四歲，二人之間更有一名兄弟，倘若當年他們各人均被家人告知並認為或相信自己是在泰國出生，及每名兄弟出生後便返回內地汕頭生活成長，難道他們的母親每每在懷孕產子前便特地從內地前往泰國曼谷產子（四年內生了三名兒子）？！以當年出入境中國不是這麼容易的情況下，這根本是較難發生的，故此，一直在內地生活多年的第二嫌犯在成長過程中理應不會察覺不到有關問題。

事實上，上述兩名嫌犯尤其第二嫌犯在審判聽證中經常強調其祖父因當年是資本家而經常被批鬥，導致跟隨祖父生活的第二嫌犯沒有真正曾上學，然而，正正很可能因其祖父或家人當年此方面的背景，導致 G 及有關嫌犯一家當年就不想留在內地生活，透過不知名方式取得屬外國人的泰國護照來澳生活定居，為著與有關泰國護照內容相呼應，三名嫌犯便不得不使用泰國名字及申報出生地為泰國，且第二嫌犯及第三嫌犯來澳後才使用及學習書寫有關泰國名字，其等在內地生活及成長時一直使用他們原有的中文名字。所以，在此等背景下，按照常理及經驗法則，三名嫌犯（尤其第一嫌犯及第二嫌犯）實際上或理應不會不知彼等的出生地是在中國廣東省汕頭市，即使第二嫌犯及第三嫌犯來澳時僅有 16 歲及 12 歲亦然（極其量只可說他們當年欠缺選擇的權利，只可跟隨父母的意思行事）。”

18.^a O recorrente não pode concordar. Apesar que corresponde a verdade que os pais do recorrente providenciou passaportes tailandeses para os filhos vir para Macau viver e também é verdade que o recorrente viveu em Shantou até 12 anos de idade. Ainda é verdade que uma criança já com 12 anos já tem um raciocínio de ajuizar.

19.^a Porém, cabe a reflectir sobre a lembrança do nascimento duma pessoa. O 3.º arguido, ora recorrente, como todos de nós, exemplificando, como pessoas naturais de Macau, temos o registo de nascimento natural de Macau e temos conhecimento de qual hospital nascemos, mas podemos afirmar taxativamente de que ninguém se pode recordar no momento do parto e sobre as recordações no momento dos locais ou hospitais que tivemos nascidos, assim como o que tinha passado nos primeiros anos de vida. E porque não conseguimos nos lembrar de nossos primeiros anos de vida? É bem provável que as recordações sejam quando tínhamos 4 ou 5 anos de idade no máximo.

20.^a Trata-se do fenómeno de amnésia infantil. "Nenhum de nós se lembra de algo anterior aos 2 ou 3 anos de idade. A maioria não se recorda de nada que ocorreu antes dos 4 ou 5 anos. Embora esteja comprovado que os bebês possuem total capacidade de gerar memórias, mas possam se esquecer rapidamente das mesmas. Assim, crianças um pouco mais velhas (de 4 ou 6 anos de idade), podem até recordar de acontecimentos antes dos 3 anos, mas, com o passar do tempo, estas memórias - antes vívidas - são apagadas.

Vale ainda frisarmos um importante ponto do porque é considerado "amnésia", esta perda de memória. Afinal, trata-se essencialmente de uma perda de memória, e não uma incapacidade de memorizar.

21.^a Além disso, esta amnésia costuma aparecer mais na vida adulta, embora os seus sinais possam começar a serem evidentes a partir dos 7 anos de idade.

22.^a Assim, perante a amnésia infantil, está justificado que no decorrer do crescimento do recorrente, muito provavelmente passou a ignorar as recordações no seu crescimento infantil, inclusivamente de onde nasceu e de como viveu nos primeiros anos de vida.

23.^a Por outro lado, e como bem destacou no acórdão, o ora recorrente nasceu e viveu essencialmente num período crítico na Revolução Cultural Chinesa, altura essa que a cultura chinesa, especialmente na China

Continental, a piedade filial é uma das virtudes mais essenciais de uma pessoa. A palavra "piedade" escreve-se como "孝", com "老" (velho) em cima, e com "子" (filho) em baixo, que significa a alimentação e a ordenação dos pais e dos mais, e do latim "pietas", significa cumprimento dos deveres para com os pais e ascendentes, a pátria. E "piedade filial" significa amor aos pais e ascendentes.

24.^a Naquela era, na China Continental, as crianças e filhos viviam com o estilo de que os pais e ascendentes gostavam e cumpriam rigorosamente as vontades dos pais e ascendentes. Como crianças e filhos cumpriam o que os filhos deviam e não tinham direitos a meter-se nos assuntos dos pais e ascendentes. Os filhos só podem aceitar, e filhos deviam ser assim cumpridores das ordens dos pais e ascendentes.

25.^a Os filhos não pensam as acções dos pais e dos ascendentes, pois apenas tinham de obedecer e no caso de não cumprir, os filhos sofreriam.

26.^a Portanto com a piedade filial, bastam obedecer os pais e ascendentes e a vida seguiam a mando dos pais. Piedade filial na cultura chinesa pode incluir todos os amores, deveres, obrigações que os filhos devem fazer para agradecer e recompensar as graças de alimentação e educação dadas pelos pais e ascendentes. Ou, seja, os filhos devem obedecer aos pais e ascendentes completamente.

27.^a Constan a frase em relação à piedade: "Quando os pais nos educam, devemos ouvir com atenção. Quando os pais nos ralham e punem, devemos suportar com obediência". As regras ensinavam as pessoas a cumprir as ordens dos pais e ascendentes a seguir as suas vontades. Embora os pais possam estar errados, os filhos não devíamos lutar contra eles.

28.^a Assim, o recorrente, vivido numa era daquela cultura tipicamente chinesa de piedade filial, a exclusiva maneira de reagir era de obedecer os pais e ascendentes e nunca procurou de saber para que e o porquê dos pais faziam isso ou aquilo, inclusivamente a vida conduzida pelos pais e ascendentes em Shantao, assim como, posteriormente depois da deslocação para Macau.

29.^a Ora, conforme a gravação de audiência reduzido no disco file "CR3-20-0158-PCC", e subfiles "1.12", "CH", "Recorded on 12-Jan-2021 at 11.56.00, nos seguintes momentos o 2.º arguido declarou dos seguintes:

“26:45 A: 我哋一路，err…細個，我基本上，err…見到我爸爸，err…自我懂事開始見唔到佢十次，咁就曾經佢提過係要帶我地去，返遲遲，咁我爸爸係一個好威嚴嘅人，我哋唔敢問，姐…err…叫行唔敢企咁嘅，所以好多嘢，我地問咗，佢唔肯答，我哋亦都無辦法。

42:12A: 無錯，因為我爸爸比較信個個算命同埋風水，咁好多時我哋都要，err……叫我哋要改阿、姓阿，所以我爸爸屋企係好強硬，佢講一、我哋唔敢講二架囉。

Conforme essas declarações, nomeadamente “我爸爸係一個好威嚴嘅人，我哋唔敢問，叫行唔敢企” e “我爸爸屋企係好強硬，佢講一，我哋唔敢講二”， fica claro e nítido exprimido como era a piedade filiar na altura entre a relação dos 2.º arguido e o recorrente com os pais e ascendentes.

30.^a Por isso, o ora recorrente, provado agora que nascera em Shantou - China e viveu até 12 anos, não quer dizer que, ele, recorrente, tinha ideia que nasceu na China, e mesmo que tenha vivido até os 12 anos na China tinha de ir procurar saber o porquê e o como era natural de Tailândia e chinês repatriado do estrangeiro devia viver uma forma diferente dos originais naturais de China. Devido as circunstâncias naquela era, o recorrente podia nem sequer pensou sobre isso, ou talvez chegou raciocinar mas devido a posição de filho ou neto, não tivesse coragem em interrogar os pais e ascendentes, pois a única solução era obediente.

31.^a O outro fundamento da convicção do tribunal a quo é

“雖然無可否認，第二嫌犯及第三嫌犯來澳時尚未滿 18 歲，當年很多向行政當局申請的文件均由父母替其等填寫及簽署，然而，在該兩名嫌犯成年後，第二嫌犯曾於 1997 年及 2008 年以其泰國名字及出生地為泰國的身份向身份證明司及身份證明局申請澳門居民身份證及相關續期，第三嫌犯亦曾於 2007 年及 2013 年以其泰國名字及出生地為泰國或曼谷的身份向身份證明局申請居留權證明書。按照第三嫌犯在審判聽證中的解釋及其被宣讀的聲明內容，其在向身份證明局以上述泰籍身份申請居留權證明書時已明顯知悉其真正出生地為內地，而非泰國。

再者，即使第三嫌犯辯稱其於 2013 年才從父親口中得知自己及兄弟的出生地為汕頭，其一方面表示對此感到突然，另一方面卻又表示這不是甚麼特別的事，故直至 2017 年這四年期間從沒有將此事告知第二嫌犯，本法院認為這解釋顯然是不符合常理及邏輯的，唯一合理解釋是因為第二嫌犯

根本早知自己的真正出生地為內地，所以第三嫌犯便沒有需要於其所聲稱的 2013 年將此如此重要的事情告知第二嫌犯。按照本案的發展背景及來龍去脈，以及常理和經驗法則，本法院認為，第三嫌犯於 2007 年向身份證明局申請時沒有提及其出生於中國內地的身份是因希望以當時表面上合法的泰國身份成功申請澳門居民身份證，但當時被拒絕後便接受了有關結果，然而，直至 2013 年因諮詢了律師意見後，得悉原來用回真正內地的出生地便可有機會申請成功，故向父親了解以甚麼方式取得有關證明文件或有關人證後，便積極找尋相關證明文件，但在未成功取得文件前，其亦再向身份證明局先以名字 B 的身份再作出有關申請。

至於第一嫌犯的部份，除了上述提及關於該嫌犯的證據分析外，按照卷宗內的資料、作案時該嫌犯的年齡、該嫌犯的父母登記名字為中文，結合常理及經驗法則，其根本不會不知自己的出生地為中國廣東省汕頭市，也不會不知自己實際上為中國籍，亦不會不知當年其所持有的泰國護照內除相片及其本人和兩名兒子的出生日期外，其餘身份資料均屬虛構的，但其仍在此情況下，為著能逗留在澳門，先後向有關當局虛報有關泰國身份以獲取相關證件，包括後來的申請澳門居民身份證、申請續期及澳門永久性居民身份證。

在本案中，根據所有的證據資料，結合常理及經驗法則，本法院認為第二嫌犯及第三嫌犯的交待內容並不坦白，有明顯隱瞞實情之處，我們可判斷到三名嫌犯作案原因實際上應只想維持著一直以來所申報的泰國身份，以便與以往已提交的證明文件相互對應，在沒有必要的情況下也沒打算改變（第一嫌犯及第二嫌犯早已成功取得了澳門居民身份證，故不改回中國籍未見對他們二人有實質影響，唯一是因第三嫌犯欲取回澳門居留權及澳門居民身份證而使本案被揭發），然而，這原因並不妨礙三名嫌犯在作案時仍具備有關主觀故意。”

32.^a Neste aspecto e como acima já exposto, as crianças menores vividos numa era de Revolução Cultural Chinesa, apenas tinham de obedecer os pais, e não podiam exigir ou intrometer os assuntos e decisões dos pais, e conforme as declarações do recorrente e do 2º arguido na audiência insistem em ignorar que não tinham nascido na Tailândia, pois relativamente ao ora recorrente, soube o facto de ter nascido em Shantou apenas depois das duas vezes que fez requerimentos para a DSIM.

33.^a O recorrente e o 2.º arguido já esclareceram o motivo ao tribunal a quo, de que só tomaram conhecimento dos seus nascimentos em Shantou após de serem averiguados pela Polícia Judiciária, nomeadamente depois do recorrente ter apresentado o requerimento em 2013 respeitante ao Certificado de Confirmação do Direito de Residência. .

34.^a O tribunal a quo entendeu que o recorrente em 2007 tentou de usar apenas os sete anos consecutivos para requerer o direito de residência e reservou da confissão da nacionalidade chinesa.

35.^a Não corresponde a verdade, uma vez que, na realidade o recorrente não sabia perfeitamente na altura que era natural de China. Se o recorrente já tivesse tomado conhecimento no ano de 2007 de que era como natural de China, iria já o recorrente na altura simplificar o pedido do Certificado de Confirmação do Direito de Residência em 2007, bastando entregar o documento comprovativo de nascimento da China. Não assim fez, foi porque o recorrente ainda não teve conhecimento que nascera na China, pois se tivesse sabido, iria fazer o mesmo do ano de 2013, sem hesitação nenhuma. O recorrente não tinha consciência nenhuma sobre o erro do local de nascimento nos dois actos de requerimento para Certificado de Confirmação do Direito de Residência em 2007 e 2013, pelo que nunca podia imputar ao recorrente que tentou experimentar primeiramente com nacionalidade tailandesa para requerer o direito de residência em 2007.

36.^a O que corresponde a verdade porque o recorrente não sabia e por isso, e nos actos de ambos os pedidos declararam fielmente o que ele sabia nas respectivas alturas, e entendia na verdade na sua mente que era natural de Tailândia.

37.^a E só depois veio informado pelo pai e obtido o documento comprovativo da China, o recorrente ficou completamente e legalmente clarificado da situação, a salientar que para tratar esses documentos comprovativos do seu nascimento em China levou um lapso tempo de 2 anos.

38.^a A destacar ainda, que mesmo a DSIM para participar criminalmente contra os arguidos ao Ministério Público, também, não basta de ter no processo as simples declarações e correcções de locais de nascimentos pelos arguidos, mas sim, necessariamente de documentos comprovativos de nascimento, pelo que apenas participou os factos ao MP em 18/1/2016 (fls. 2 dos autos).

39.^a Outrossim, e após o último indeferimento pela DSIM sobre o direito de residência, o recorrente não apresentou algo de receio nem hesitações, e insistiu o procedimento posterior, ou seja procedeu contenciosamente o pedido no Tribunal Administrativo, razão porque o recorrente nunca mentiu nem tão pouco praticou algo falsamente no decorrer dos procedimentos do direito de residência.

40.^a E, quanto a convicção do Tribunal a quo sobre “直至 2013 年因諮詢了律師意見後，得悉原來用回真正內地的出生地便可有機會申請成功”，o recorrente especialmente quer impugnar.

41.^a Na verdade, quando o recorrente contratou com o advogado, só considerou que o advogado teria uma especial habilidade de conseguir tratar o direito de residência. Porque tinha expectativa que a habilidade e especialidade do advogado com a nacionalidade tailandesa que detinha e os 7 anos que residiu, lhe poderia ajudar dar o sucesso do direito de residência, então ainda usou o verdadeiro local de nascimento da Tailândia, que existia na altura na mente do recorrente, para requerer o direito de residência em Dezembro de 2013 (o advogado contratado também assinou no requerimento cujo requerimento preencheu como natural de Tailândia), cfr. fls. 13 a 36, especialmente nas fls. 13 e 31 do Apenso CR3-20-0158- PCC-A. Pelo que inexistia que quando contratou com o advogado foi dito ao recorrente que apenas podia tratar o direito de residência corrigindo para a nacionalidade chinesa.

42.^a Apenas depois de ter feito o requerimento é que foi realmente através do pai do recorrente que ficou a saber que nascera na China e depois através do advogado, em 17/3/2015, juntou o documento comprovativo para explicar a alterar do local de nascimento para China, que entretanto soube e obtido o documento comprovativo, cfr. fls. 84 do Apenso CR3-20-0158- PCC-A.

43.^a A convicção do Tribunal a quo que julgou que o recorrente já em 2007 conhecia que nascera em China e queria encobrir a situação e para tal não usou a nacionalidade chinesa foi um desentendimento do Tribunal a quo.

44.^a A razão do recorrente de ter contratado do advogado foi porque pensou que os advogados realmente têm uma arma mágica e assim usando a nacionalidade tailandesa que detinha ainda conseguiria ter sucesso o pedido.

45.^a Por conseguinte, não se verificou assim, no decorrer de dois actos de requerimento do Certificado de Confirmação do Direito de Residência, respectivamente, em 2007 e 2013, quaisquer tipo de dolo por parte do recorrente quanto actuou e indicou erradamente o local de nascimento de Tailândia em vez de Shantou - China.

46.^a Podemos afirmar que só existe dolo quando se encontrem dois elementos presentes. Em primeiro lugar, terá de existir uma representação, ou visão antecipada do facto que preenche um tipo de crime (elemento intelectual ou cognoscitivo). Trata-se de indagar se o agente ao praticar facto, o representou com todos os seus elementos integrantes, tais como: as circunstâncias do tipo legal do crime, o seu sentido e alcance, os elementos produzidos por essa conduta e o processo causal da infracção bem como as circunstâncias modificativas agravantes. Vale a pena relembrar as palavras de Cavaleiro de Ferreira, "nada pode querer-se que não tenha sido primeiramente revisto ou conhecido".

47.^a Em segundo, terá de haver uma resolução, seguida de um esforço do querer, dirigido à realização do facto representado (elemento volitivo). Trata-se do desejo e vontade de querer um certo resultado - a especial direcção de vontade do agente. Basta pensarmos que na nossa vida corrente, quando dizemos que fazemos algo sem querer, nos queremos eximir de responsabilidade. Assim quem não «conhece algo, não responde por esse algo».

48.^a Relativamente ao elemento subjectivo do tipo de ilícito em causa, e tendo em conta que o conceito de dolo que nos é fornecido pelo artigo 13.º do Código Penal, o crime de falsificação de documentos é um crime doloso, não sendo punível a título de negligência.

49.^a Para além deste elemento subjectivo, o dolo, a lei exige uma particular intenção de praticar o crime: a intenção de causar prejuízo a outrem ou a RAEM, ou de alcançar para si ou para terceiro um benefício ilegítimo. Deste modo, só é punível pelo crime de falsificação de documento o agente que agiu com aquele específico dolo; é o que a doutrina chama de dolo específico ou delito intencional. O dolo específico, como a própria designação indica, exige, para além da intenção de realização de um crime, uma particular intenção aquando da sua realização - o agente tem de ter procedido, tendo em vista um certo fim.

50.^a o elemento intelectual do dolo implica um conhecimento da ilicitude do facto, um conhecimento dos elementos constitutivos da infracção, dos elementos objectivos de um tipo de crime. Tal elemento intelectual envolve o conhecimento dos elementos descritivos e normativos do facto típico. Constituindo o documento um elemento normativo do tipo, apenas se exige que o agente tenha sobre ele o conhecimento normal de um leigo de acordo com as regras gerais, não sendo necessário o conhecimento da noção jurídica, maxime, da noção jurídica penal.

51.^a No caso vertente, resulta demonstrado que o 3.º. arguido, ora recorrente, primeiramente veio para Macau e obteve os respectivos Título de Residência e Bilhete de Identidade de Cidadão Estrangeiro, emitido pelos então serviços sob administração portuguesa. Era menor de 12 anos e que os documentos tinham sido incumbidos e tratados pelos pais no âmbito do poder paternal, assim, é evidente que qualquer modo exclue a ilicitude penal pela menoridade. Contudo, posteriormente nos actos praticados, respectivamente, em 2007 e 2013, foi-lhe imputado crimes de falsificação de documento relativamente aos dois pedidos de Certificado de Confirmação do Direito de Residência.

52.^a Conforme declarou o recorrente na audiência, não sabia perfeitamente, aliás nem pensou que não era natural de Tailândia, antes de submeter os dois pedidos de Certificado de Confirmação do Direito de Residência.

O tribunal *a quo* ao julgar procedente as imputações dos crimes de falsificação de documento, por convicção, errou na apreciação da prova pois não é possível retirar-se da produção da prova que o recorrente tenha preenchido o tipo objectivo e subjectivo do crime de falsificação de documento. E ainda que se considerasse que o recorrente preencheria o tipo objectivo, sempre teria de se demonstrar e provar que o recorrente preencheria o tipo subjectivo, o que de todo não está nem pode ser demonstrado, face à manifesta insuficiência de provas.

53.^a No crime de falsificação de documento, o dolo do tipo implica que o agente tenha conhecimento de que está a falsificar um documento (por meio de local de nascimento falso) e implica que tenha a vontade de realizar o tipo objectivo, do crime, isto é, falsificar o documento e obter a sua vantagem.

54.^a Não existe qualquer facto ou meio de prova directa de onde se possa retirar, inferir ou presumir que o recorrente tinha conhecimento que sabia perfeitamente que o local de nascimento era em Shantou - China e não em Tailândia.

55.^a O crime de falsificação de documento para além do dolo do tipo, exige que o agente actue também e cumulativamente, com um outro dolo, o chamado dolo específico, que é a intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Território,

56.^a Não existe qualquer facto ou meio de prova directa de onde se possa retirar, inferir ou presumir que o recorrente tinha a intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Território.

57.^a O tribunal a quo fez uma errada apreciação da prova pois os factos provados e bem assim os meios de prova produzidos e existentes nos autos não autorizam, de modo algum, que se dêem como provados os factos por ora provados, isto é, não autorizam que se dê como provado que o recorrente preencheu o tipo subjectivo do crime falsificação de documento.

58.^a Concluindo e analisado nos autos também não verificou provas de que o recorrente pudesse ter sabido a situação, e o fundamento supra do acórdão condenatório apenas se trata duma convicção ou até dedução pelo Tribunal a quo de que o recorrente não deveria não ter sabido. Ora, se na realidade o recorrente efectivamente não sabia e que o Tribunal a quo também não podia garantir que o recorrente tenha conhecimento, e considerando as circunstâncias acima expostas sobre o que na realidade tinha passado na infância até depois de ter sido informado pelo pai e obter o documento comprovativo de nascimento da China, o recorrente não agiu com dolo enquanto indicaram erradamente o local de nascimento nos dois pedidos de Confirmação do Direito de Residência.

59.^a Com a falta de suporte e apenas a convicção não segura do tribunal a quo; nunca é seguro dado como provado que o recorrente estava já ciente nos anos de 2007 e 2013 de que não nascera na Tailândia.

60.^a O preceituado no artº 114º do Código de Processo Penal, isto é, o princípio da livre apreciação da prova, deve ter-se por cumprido quando a convicção a que o Tribunal chegou se mostra objecto de um procedimento

lógico e coerente de valoração, com motivação bastante, e onde não se vislumbre qualquer assumo de arbítrio na apreciação da prova;

61.^a Por força do princípio da livre apreciação da prova, seus limites, e do princípio da presunção de inocência, que em sede probatória se concretiza no princípio *in dubio pro reo* resulta que: quanto aos factos dados como provados pelo Tribunal a quo, verificou-se pouca clareza nos mesmos, evidenciando dúvidas, ilações tiradas pelo julgador de factos que não constam da prova directa, designadamente, que o recorrente sabia perfeitamente que não nascera em Tailândia, antes de ir tratar os dois pedidos de Certificado de Confirmação do Direito de Residência.

62.^a Todos sabemos que a actividade de julgar, de acordo com o princípio da livre apreciação da prova, implica uma actividade algo subjectivante, muito embora a convicção do tribunal tenha de assentar em critérios objectivos que forneçam credibilidade ao julgamento dos factos.

63.^a Acreditamos que o princípio da livre apreciação da prova conjugado com o dever de fundamentação das decisões dos tribunais impõe uma apreciação crítica exaustiva, racionalmente motivada, parametrizada pelos critérios legais da produção e da valoração da prova.

64.^a Só na sua falta ou insuficiência deveremos socorrer-nos das regras da ciência, da lógica e da experiência. A apreciação deve constar da fundamentação.

65.^a Ficamos estupefactos com o raciocínio do tribunal a quo assente, sobretudo, em "suposições" contextualizadas, o qual terá, certamente, a importância devida, mas não fará parte do manancial de prova produzida, nem ajudará na sua concretização.

66.^a Face ao acervo probatório alcançado, deve o tribunal assumir a posição que mais favorece o arguido. Na dúvida, deve decidir a favor do arguido.

67.^a Somos, naturalmente, compelidos a concluir que os factos dados como provados e que fundamentaram o acórdão condenatório, pelo crime de falsificação de documento numa pena 9 meses de prisão do arguido não possuem sustentação probatória suficiente, em razão que, concretamente, se colocam sobre o "não possam ser

subtraídos à dúvida razoável do tribunal", a garantia do tribunal a quo que o recorrente tinha perfeitamente conhecimento que não nascera da Tailândia (nascera em Shantou).

68.^a Devendo assim; na dúvida, absolver ao arguido, pelo princípio *in dubio pro reo*.

69.^a Sem que se defina legalmente em que consiste o propalado "exame crítico da prova" imposto pelo artº 355º n.º 2 do CPP, tal exame há-de ser aferido com critérios de razoabilidade, sendo fundamental que permita avaliar cabalmente o porquê da decisão e o processo lógico-formal que serviu de suporte ao respectivo conteúdo;

70.^a A decisão recorrida não cumpriu com tal normativo, uma vez que o tribunal a quo se limitou a referir que tomou convicção por não confiar nas declarações dos arguidos. Impunha-se saber a razão de não valorar sobre as versões dos arguidos, e agora só perante uma dedução, em prejuízo da recorrente.

71.^a A obrigatoriedade de indicação das provas que serviram para formar a convicção do tribunal e do seu exame crítico destina-se a garantir que na sentença ou acórdão se seguiu um procedimento de convicção lógica e racional na apreciação das provas, e que a decisão sobre a matéria de facto não é arbitrária, dominada pelas impressões, ou afastada do sentido determinado pelas regras da experiência.

72.^a A integração das noções de "exame crítico" e de "fundamentação" de facto envolve a implicação, ponderação e aplicação de critérios de natureza prudencial que permitam avaliar e concluir se as razões de uma decisão sobre os factos e o processo cognitivo de que se socorreu são compatíveis com as regras da experiência da vida e das coisas e com a razoabilidade das congruências dos factos e dos comportamentos.

73.^a No caso concreto, o tribunal a quo deveria ter explicitado as razões ou - as provas que, devidamente inter-relacionadas e conjugadas de acordo com as regras da experiência comum, o levaram a concluir que a sua descrição e o juízo de valor que elas oferecem em termos de suporte decisório, ou seja, a crítica porque umas merecem credibilidade e outras não, impondo que o juiz indique todas as provas, a favor ou contra, que constituem a decisão e diga as razões pelas quais não atendeu às provas contrárias à decisão tomada."

74.^a Pelo que se entende violados o artº. 355º n.º 2 do CPP .

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表針對第一上訴人的上訴作出答覆，認為第一上訴人的上訴理由不成立（詳見卷宗第 449 頁至第 452 頁）。

檢察院在答覆中提出下列理據（結論部分）：

1. 上訴人認為原審判決未符合《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定。因此，根據同一法典第 360 條第 1 款 a) 項規定，判決無效。

2. 原審判決中列明了審判聽證中獲證明之事實及未獲證明之事實，形成心證所依據的證據，適用的法律規定及判決的理由。當中清楚敘述

No caso em apreço, a apontada omissão de fundamentação quanto aos factos supra aludidos incorrerá a nulidade da sentença, nos termos dos artº 360.º nº 1 al. a) e 355.º nº 2 do C.P.Penal.

75.^a Na sequência da declaração de nulidade, deverá a sentença recorrida ser reformulada de modo a suprir o referido vício.

V-PEDIDO

TERMOS EM QUE, e contando o doutro suprimento de Vossas Excelências, deve o presente recurso ser julgado procedente vícios de erros de direito integrado no fundamento indicado no artº. 400º, nº.1, do Código de Processo Penal, e em consequência:

a) Julgar, pela violação do princípio da livre apreciação da prova consagrado no artigo 114.º do Código do Processo Penal, e na dúvida, absolver ao arguido, pelo princípio *in dubio pro reo*;

b) E se assim não entender, julgar procedente a violação ao artº 355º n.º 2 do CPP pela falta de exame crítico da prova quanto ao crime de falsificação de documento imputado contra o recorrente, e declarar a nulidade a sentença, nos termos dos artº 360.º nº 1 al. a) e 355.º nº 2 do C.P.Penal;

Procedendo de um dos modos por que se requer, farão V, Ex^{as}, boa e sã

JUSTIÇA!

了法庭對事實認定時所依據的證據，包括對第二嫌犯(現時上訴人)、第三嫌犯及其他證人之聲明，並對卷宗的文件書證作出分析比較。

3. 該法律要求在闡述事實上及法律上之理由時，即使扼要但儘可能完整。原審判決確實有指出所依據的事實上及法律上之理由，故此，符合上述關於判決書要件的規定。

4. 基此，上訴人所述，違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定的情況，並不存在。

5. 上訴人又不認同判決書「獲證明的事實」第 13、24、27、28 及 31 條的認定，認為原審法庭上述認定欠缺證據支持，在審查證據方面明顯有錯誤。

6. 經過了審判聽證，原審法庭在客觀綜合分析第二嫌犯(現時上訴人)、第三嫌犯及其他證人之聲明、結合在審判聽證中審查的書證後，認定控訴書所載的事實獲證明。對於如何認定該等事實，原審法庭在「事實的判斷」中作出詳細闡述，在此視為完全轉錄。(見判決書第 21-28 頁)

7. 按照上訴人的聲明，其自小隨祖父在汕頭生活，至 1982 年其 16 歲時與家人來澳生活，1985 年父親為其等取得湯加護照，1988 年至 1989 年期間其與家人到了香港開公司及工作。換言之，其父母親轉換生活地點都必定帶同上訴人。由此可見，上訴人與家人包括父母親的關係緊密。

8. 此外，上訴人在庭審中能仔細地描述其幼年生活。現時職業為地產商人。同時，按證人 F 的聲明，上訴人自資開設鐘錶博物館，其認為

上訴人是一名認真做事、有責任感和義氣及善心之人。由此可見，上訴人注意細節及淵源。

9. 上訴人對於自己自小在汕頭生活，來澳後才開始學寫其泰文姓名，以及其泰國出生地及泰國祖居的狀況，必然會感興趣探究。而上訴人與家人的關係良好，對於上訴人的詢問，其父母親自必然會將其在汕頭出生的事實告訴上訴人，看不到任何原因家人要對上訴人作出隱瞞。因此，上訴人堅稱其不知悉自己不是泰國出生，只是辯解的託辭。但是，更符合事實真相的是，上訴早已知道其本人是汕頭出生。

10. 相反來說，按照上訴人及第三嫌犯的聲明，上訴人的母親四年內在泰國生了三名兒子，包括上訴人本人。正如上訴人在上訴狀中所提及，當時適逢文化革命期間。那麼，其母親仍然將他們由泰國帶到中國汕頭生活，使其遭受困苦？而這種做法有違常理。

11. 根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，法官在對構成訴訟標的之事實作出認定時，除了法律對評價證據方面另有規定外，係依據經驗法則對證據材料進行分析判斷，從而在事實層面上作出認定。

12. 在本案並沒有出現事實認定上的相互矛盾，亦不存在結論與事實的矛盾，故此，上訴人提出的審查證據的明顯錯誤，並無出現。”

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表針對第二上訴人的上訴作出答覆，認為第二上訴人的上訴理由不成立（詳見卷宗第 445 頁至第 448 頁）。

檢察院在答覆中提出下列理據（結論部分）：

1. 上訴人認為原審判決未符合《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定。因此，根據同一法典第 360 條第 1 款 a) 項規定，判決無效。

2. 原審判決中列明了審判聽證中獲證明之事實及未獲證明之事實，形成心證所依據的證據，適用的法律規定及判決的理由。當中清楚敘述了法庭對事實認定時所依據的證據，包括對第二嫌犯、第三嫌犯(現時上訴人)及其他證人之聲明，並對卷宗的文件書證作出分析比較。

3. 該法律要求在闡述事實上及法律上之理由時，即使扼要但儘可能完整。原審判決確實有指出所依據的事實上及法律上之理由，故此，符合上述關於判決書要件的規定。

4. 基此，上訴人所述，違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定的情況，並不存在。

5. 上訴人又不認同判決書「獲證明的事實」，認為欠缺證據支持原審法庭認定上訴人知悉自己的出生地在汕頭。因此，違反《刑事訴訟法典》第 114 條的規定。

6. 經過了審判聽證，原審法院在客觀綜合分析第二嫌犯、第三嫌犯(現時上訴人)及其他證人之聲明、結合在審判聽證中審查的書證後，認定控訴書所載的事實獲證明。對於如何認定該等事實，原審法庭在「事實的判斷」中作出詳細闡述，在此視為完全轉錄。(見判決書第 21-28 頁)

7. 上訴人自小至 12 歲期間一直在汕頭生活，直至 12 歲隨家人來澳後才開始學寫其泰文名字。來澳後，其全家人都拿到居留證及非葡萄牙籍認別證，除了上訴人及其一名兄長外，全家也拿到澳門居民身份證。

約於 1985 年其父親以在湯加投資的方式令其等取得湯加護照。約於 1988 年至 1989 年期間，由於到了香港開公司及工作故其與家人取得了香港居民身份證，當時以載有泰文名字的湯加護照申請的。按照上述資料，其父母親轉換生活地點都必定帶同上訴人。由此可見，上訴人與家人包括父母親的關係緊密。

8. 上訴人對於自己自小在汕頭生活，來澳後才開始學寫其泰文姓名，以及其泰國出生地及泰國祖居的狀況，必然會感興趣探究。而上訴人與家人的關係良好，對於上訴人的詢問，其父母親自必然會將其在汕頭出生的事實告訴上訴人，看不到任何原因家人要對上訴人作出隱瞞。因此，上訴人堅稱其不知悉自己不是泰國出生，只是辯解的託辭。但是，更符合事實真相的是，上訴早已知道其本人是汕頭出生。

9. 相反來說，按照第二嫌犯及上訴人的聲明，上訴人的母親四年內在泰國生了三名兒子，包括上訴人本人。正如第二嫌犯在上訴狀中所提及，當時適逢文化革命期間。那麼，其母親仍然將他們由泰國帶到中國汕頭生活，使其遭受困苦？而這種做法有違常理。

10. 實際上，正如上訴人曾經在司法警察局所聲明，雖然其分別於 2008 年及 2013 年向身份證明局申請《居留權證明書》時，已經知悉其真正出生地為內地，但當時未有任何書面證明其出生地為內地，故此，在上述期間申請《居留權證明書》時，只好仍舊依照以往的身份證明文件申請資料為泰國，至 2015 年，嫌犯從內地成功申請其出生證明文件，嫌犯為盡快恢復中國籍，故立即將其真實的出生證明文件提供身份證明局。上述聲明已依法在審判聽證中宣讀及紀錄。由此可見，上訴人是在

知情的情況下，分別在 2008 年及 2013 年向身份證明局申請《居留權證明書》時提供出生地的虛假資料。

11. 根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，法官在對構成訴訟標的之事實作出認定時，除了法律對評價證據方面另有規定外，係依據經驗法則對證據材料進行分析判斷，從而在事實層面上作出認定。

12. 基此，上訴人所述，違反《刑事訴訟法典》第 114 條規定的情況，並不存在。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱並提交了法律意見，認為兩名上訴人提出的上訴理由均不成立，應駁回其等上訴並維持原判（詳見卷宗第 469 頁至第 470 頁背頁）。

*

本院接受了兩名上訴人提起的上訴，組成合議庭，對上訴進行審理，合議庭兩名助審法官相繼檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定以下事實：

獲證明屬實的事實：

1.

1941 年 6 月 12 日，嫌犯 C（又名“C1”），原用名 C2，在中國廣東省汕頭市出生。

2.

1966 年 5 月 18 日，嫌犯 A，原用名 A1，在中國廣東省汕頭市出生。

3.

1970 年 2 月 4 日，嫌犯 B，原用名 B1，在中國廣東省汕頭市出生。

4.

1982 年某日，G 取得一本編號為 S6****之泰國護照，該護照的持證人署名為“F”、出生於“泰國曼谷”，持證人隨同一名男性兒童，姓名為“A1”，出生日期為 1966 年 5 月 18 日，該護照上附有一張攝有 G 及嫌犯 A 的相片。

5.

1982 年某日，嫌犯 C 從 G 處取得一本編號為 S****9 之泰國護照，該護照的持證人署名為“H”、出生於“泰國曼谷”，持證人隨同兩名男性兒童，姓名分別為“I ”及“B1”，出生日期分別為 1968 年 1 月 25 日及 1970 年 2 月 4 日，該護照上附有一張攝有嫌犯 C、嫌犯 B 及 J 的相片。

6.

其時，嫌犯 C 清楚知悉上述泰國護照除相片、其本人及兩名兒子的出生日期外，其餘身份資料均屬虛構的。

7.

及後，G 在他人的安排下攜同包括三名嫌犯 C、A 及 B 一家從中國內地前來澳門，並在澳門大三巴附近租住房屋居住。

8.

嫌犯 C 為了使其能逗留在澳門居住，於是先後向當時的治安警察廳移民局及身份證明司申請居留澳門許可，自此，嫌犯 C 使用署名“H”及出生地為“泰國”的身份資料作申請，嫌犯 C 先後取得了一本編號為 9***之居留證及一張編號 8****之非葡萄牙籍認別證。

9.

2001 年 3 月 7 日，嫌犯 C 以姓名“H”首次向澳門身份證明局申請澳門居民身份證，嫌犯 C 在填寫有關申請書時填寫其中文姓名為“C1”，出生地為“泰國”，及後，嫌犯 C 取得一張編號 5/08****/3 之澳門居民身份證。

10.

自此，嫌犯 C 以姓名“H”及出生地為“泰國”之身份資料替其本人編號 5/08****/3 之澳門居民身份證申請續期，以及申請成為澳門永久性居民。

11.

2012 年 6 月 15 日，嫌犯 C 以姓名“H”向澳門身份證明局申請更改姓名，姓為“X X”，名為“YY YY”，原因為“與香港身份證同名”。

12.

同日，嫌犯 C 以姓名“K”及出生地為“泰國”之身份資料替其本人編號 508****（3）之澳門居民身份證申請續期，最終嫌犯 C 取得一張簽發日期為 2012 年 6 月 15 日，編號 508****（3）之澳門居民身份證，該張身份證的內存資料顯示嫌犯 C 的出生地為“D”，即代表嫌犯 C 在外地出生。

13.

嫌犯 A 於 1982 年隨同其父母親從中國內地前來澳門，並在澳門大三巴附近的房屋居住，當時嫌犯 A 已年滿 16 歲，且清楚知悉其本人的出生地在中國廣東省汕頭市。

14.

G 為了使嫌犯 A 能逗留在澳門居住，於是先後向當時的治安警察廳移民局及身份證明司申請居留澳門許可，自此，G 使用姓名為“A1”及出生地為“泰國”的身份資料替嫌犯 A 作申請，嫌犯 A 先後取得了一本編號為 1****/85 之居留證及一張編號****4 之非葡萄牙籍認別證。

15.

1997 年 10 月 23 日，嫌犯 A 以姓名“A1”向澳門身份證明局申請澳門居民身份證，嫌犯 A 在填寫有關申請書時填寫其中文姓名為“A1”，出生地為“泰國”，及後，嫌犯 A 取得一張編號 1/3*****/4 之澳門居民身份證。

16.

自此，嫌犯 A 以姓名“A1”、“A1”及出生地為“泰國”之身份資料替其本人編號 1/3*****/4 之澳門居民身份證申請續期，以及申請成為澳門永久性居民。

17.

2008 年 3 月 5 日，A 以姓名“A1”向澳門身份證明局申請更改姓名，姓為“X”，名為“ZZ”，原因為“與香港身份證同名”。

18.

同日，嫌犯 A 以出生地為“泰國”之身份資料替其本人編號 13*****（4）之澳門居民身份證申請續期，最終嫌犯 A 取得一張簽發日期為 2008 年 3 月 5 日，編號 13*****（4）之澳門居民身份證，該張身份證的內存資料顯示嫌犯 A 的出生地為“D”，即代表嫌犯 A 在外地出生。

19.

嫌犯 B 於 1982 年隨同其父母親從中國內地前來澳門，並在澳門大三巴附近的房屋居住，當時嫌犯 B 已年滿 12 歲，且清楚知悉其本人的出生地在中國廣東省汕頭市。

20.

G 為了使嫌犯 B 能逗留在澳門居住，於是先後向當時的治安警察廳移民局及身份證明司申請居留澳門許可，自此，G 使用姓名為“B1”及出生地為“泰國”的身份資料替嫌犯 B 作申請，嫌犯 B 先後取得了一本編號為**4**之居留證及一張編號**0**之非葡萄牙籍認別證。

21.

2007 年 1 月 18 日，嫌犯 B 向澳門身份證明局申請《居留權證明書》，嫌犯 B 在填寫有關申請書時填寫其姓名為“B1”及出生地為“泰國”，但澳門身份證明局最終基於嫌犯 B 不具中國籍的身份而作出不發出居留權證明的決定。

22.

2013 年 12 月 10 日，嫌犯 B 再次向澳門身份證明局申請《居留權證明書》，嫌犯 B 在填寫有關申請書時填寫其出生地為“曼谷”，但澳

門身份證明局最終基於嫌犯 B 不具中國籍的身份而作出不發出居留權證明的決定。

23.

及後，嫌犯 B 不服澳門身份證明局作出的上述決定，於是向行政法院提起訴訟。在訴訟期間，嫌犯 B 為證明其在中國內地出生的事實，嫌犯 B 向行政法院及澳門身份證明局提交了一份載有其本人及嫌犯 C 在中國廣東省汕頭市出生的公證書，因而揭發三名嫌犯曾提供不實身份資料的事實。

24.

三名嫌犯在自由、自願及有意識的情況下作出上述行為。

25.

嫌犯 C 為滿足其個人利益，明知“H”非為其本人的真實姓名，且其本人真實的出生地為中國廣東省汕頭市，但仍先後多次故意向有權限機關提供與事實不符的身份資料，蒙騙本澳當局，將不實的姓名及出生地資料載於澳門居民身份證上。

26.

嫌犯 C 的上述行為損害了澳門居民身份證的真實性及公信力，影響了澳門特別行政區及第三者的利益。

27.

嫌犯 A 為滿足其個人利益，明知“A1”非為其本人的真實姓名，且其本人真實的出生地為中國廣東省汕頭市，但仍先後多次故意向有權限

機關提供與事實不符的身份資料，蒙騙本澳當局，將不實的姓名及出生地資料載於澳門居民身份證上。

28.

嫌犯 A 的上述行為損害了澳門居民身份證的真實性及公信力，影響了澳門特別行政區及第三者的利益。

29.

嫌犯 B 為滿足其個人利益，明知“B1”非為其本人的真實姓名，且其本人真實的出生地為中國廣東省汕頭市，但仍先後兩次故意向有權限機關提供與事實不符的身份資料，蒙騙本澳當局，將不實的姓名及出生地資料載於澳門身份證明局的《居留權證明書》申請表上。

30.

嫌犯 B 的上述行為損害了上述文件的真實性及公信力，影響了澳門特別行政區及第三者的利益。

31.

三名嫌犯知悉其行為是澳門法律所禁止和處罰的。

*

答辯狀（除了與上述已證的控訴事實相同的事實外，尚證實以下重要事實）：

- 父母當年曾向兒子（包括第二嫌犯）表示，待父母賺到錢後，一家人就會離開汕頭。
- 父母影響，第二嫌犯相信風水命理學，其於 2005 年中旬獲算命師傅告知更名為“A”將更有利於其健康及事業，故第二嫌犯向

香港政府申請更名為“A”，並於 2008 年 3 月 5 日向澳門政府作出相關申請。

- 第二嫌犯於 2017 年 2 月下旬至 3 月上旬期間收到司法警察通知，需要第二嫌犯提供聲明。
- 第二嫌犯知道父親 G 曾前往司法警察局。
- O 3º arguido foi-lhe sempre dito por seu pai G que a família deles era uma família Chinesa.
- Quando chegou a Macau, foi requerido por seu pai um título de residência como nº **4**, com o nome B1 que era o nome que constava no passaporte da Tailândia e que fazia parte de um conjunto de passaportes que o pai dele obteve, por meios que o 3º arguido desconhece.
- Este documento do C.P.S.P. foi-lhe sempre renovado anualmente , com o mesmo nome.
- O 3º arguido estudou o Colégio Mateus Ricci desde 1983 e, posteriormente, na Secção Chinesa do Colégio Yuet Wah, sempre com o mesmo nome.
- Mais tarde, passou a identificar-se em Macau com um Bilhete de Identidade de Cidadão Estrangeiro com o nº **0**, com o mesmo nome.
- Posteriormente, foi estudar para a Austrália, onde terminou os estudos universitários.

- Em 1992, passou a ser residente de Hong Kong, com o H.K.P.I.C. nº 2***** (8).
- Em 31/12/2005 em Hong Kong, alterou o seu nome para B(B), que ainda hoje usa.
- Em 2015 conseguiu obter prova de que ele, efectivamente, tinha nascido na cidade de Shantou – China, em 04/02/1970 e então, lhe foi dado o nome B1.
- Depois, o 3º arguido não mais voltou usar a informação de que havia nascido na Tailândia.

*

另外證明以下事實：

第一嫌犯：

- ✧ 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

~

第二嫌犯現為商人（地產），每月投資收益約為港幣 50,000 元，及靠積蓄維生。

- ✧ 嫌犯已婚，需供養父母、妻子及一名成年在學兒子。
- ✧ 嫌犯學歷為高中畢業。
- ✧ 嫌犯否認其被指控的事實。
- ✧ 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

~

第三嫌犯為商人（哥爾夫球及科技公司），每月收入約為澳門幣 50,000 元。

- ✧ 嫌犯已婚，需供養父母、妻子及三名兒女。
- ✧ 嫌犯學歷為大學學士。
- ✧ 嫌犯否認其被指控的事實。
- ✧ 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

*

未獲證明的事實：

其他載於控訴書及答辯狀而與上述已證事實不符的重要事實，具體如下：

- 第二嫌犯僅於 2017 年 2 月下旬至 3 月上旬期間透過弟弟 B（即第三嫌犯）知悉其“在中國廣東省汕頭市出生”。
- 父母從來沒有向第二嫌犯講述其出生地。
- 父母只是在偶爾回家期間多次向兒子（包括第二嫌犯）表示之後一家人就會回到泰國生活。
- 故第二嫌犯一直認為泰國才是其出生地及真正的「家」。
- 第二嫌犯一家人到達澳門後，父親表示先暫居澳門，待父親安排好就可以回到泰國。
- 父親向第二嫌犯表示其真實姓名為“A1”，以往叫“A1”只為方便在內地生活而改的姓名。
- 及後，父親向兒子（包括第二嫌犯）表示澳門生活安定，不會回到泰國生活，於是一家人自此就居住於澳門。

- 第二嫌犯自小與家人的關係不密切，其不知道弟弟 B（即第三嫌犯）向澳門身份證明局申請澳門居留權，更不知道父親 G、母親 C（即第一嫌犯）及弟弟 B（即第三嫌犯）曾就本案向司法警察提供訊問筆錄。
- 第二嫌犯不知道父親 G 前往司法警察局的原因。
- 由於第二嫌犯不知道司法警察要求其提供聲明之理由，故第二嫌犯致電曾到過司警局的父親詢問原因，但父親拒絕告知。
- 及後，第三嫌犯致電第二嫌犯，此時才告知第二嫌犯的出生地及國籍為中國。
- 直至獲第三嫌犯告知，第二嫌犯方首次知悉其出生地及國籍為中國。
- 第二嫌犯之前向權限當局申報姓名“A1”及出生地為泰國之身份資料時，根本不知道該等身份資料是不真實的。
- 第二嫌犯沒有向權限當局提供不實身份資料的故意。
- 第二嫌犯沒有蒙騙澳門權限當局的故意。
- 嫌犯沒有損害澳門居民身份證的真實性及公信力的故意。
- 第二嫌犯的行為沒有影響澳門特別行政區及第三者的利益。
- O 3º arguido foi-lhe sempre dito por seu pai G que a família deles era uma família originária da Tailândia.
- E o 3º arguido viveu sempre com essa certeza, ate à idade adult, até porque o nome que sempre foi usando (B1) indicia - tal como o de seu pai - origem na Tailândia.

- Nunca duvidou que pertencia a uma família Chinesa, originária da Tailândia.
- O 3º arguido desconhecia que usava informação – relativa ao seu nome e local de nascimento – que não correspondia à verdade.

三、法律方面

除了須依職權審理的事宜，上訴法院只解決上訴人具體提出且由其上訴理由闡述結論所界定的問題，結論中未包含的問題已轉為確定。（參見中級法院第 18/2001 號上訴案 2001 年 5 月 3 日合議庭裁判，中級法院第 103/2003 號上訴案 2003 年 6 月 5 日合議庭裁判。）

*

本案之上訴涉及之問題：

- 欠缺說明理由之判決無效
- 在審查證據方面明顯有錯誤

*

1. 關於欠缺說明理由導致之判決無效

兩名上訴人認為，被上訴判決違反了《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款的規定，從而導致被上訴判決無效。

第一上訴人指出，原審法庭在判決中只詳細描述了其不接納兩名嫌犯的聲明之心路歷程，但就沒有說明或解釋如何從三名證人的證言及其他庭審獲得的證據去得出該等獲證事實，尤其是上訴人是什麼時候知道

該等資料是不實的。原審法庭應以庭審獲得的證據去決定控訴書所載的事實應否獲得證實，而不是在沒有證據的情況下以自由心證去決定控訴書的事實是否獲得證實。

第二上訴人指出，原審判決沒有對證據進行批判分析。所謂批判分析是指，陳述從證據中所得的對事實作出判斷之科學理性，採信某一證據的重要理由，採信證人證言的原因，書證的價值等，而不是單純的列舉所審查的證據。

*

《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定：

“二、緊隨案件敘述部分之後為理由說明部分，當中列舉經證明及未經證明的事實，以及闡述即使扼要但儘可能完整、且作為裁判依據的事實上及法律上的理由，並列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據。”

根據上述法律條款之規定，作為判決書要件之理由說明部分，法律要求判決當中：列舉經證明及未經證明的事實；闡述即使扼要但儘可能完整、且作為裁判依據的事實上及法律上的理由；列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據。

就“列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據”這一要求，法律並沒有要求法院必須在判決書內列明各個證據的具體內容，也沒有要求對各個證據逐一陳述所進行作批判分析，亦沒有要求解釋法院形成心證的心路歷程，法院對證據的批判分析以及心證之形成通過列舉證據適當予以呈現即可。

縱觀被上訴判決，被上訴判決不但列出了所審查的各證據的重要內容，而且陳述了對包括兩名上訴人聲明、證人聲明及書證在內的所得證據之綜合批判的分析，並直接說明了法庭心證的形成，完全符合《刑事訴訟法典》第 355 條的要求，不存在欠缺理由說明的情況。

事實上，兩名上訴人是透過該理據質疑被上訴判決對事實的認定，兩名上訴人的理據不成立。

*

2. 在審查證據方面明顯有錯誤 存疑從無原則

第一上訴人認為，兩名上訴人在庭審中欲向原審法庭講述其出生年代的政治運動、原生家庭的背境、當時生活氛圍等情況，以便能讓原審法庭了解上訴人的成長年代背景，從而解釋上訴人確實不知道其真實身份資料的合理理由。然而，原審法院沒有給予其等這個機會。原審法庭假若在充分聽取該等事實後，應該採納上訴人的聲明內容，將控訴書第 13、24、27、28 及 31 條視為未獲得證明的事實，並將答辯狀內所有事實視作獲得證明。即使答辯狀內相關事實未能獲得證實，結合嫌犯的聲明、卷宗及各附卷的書證，針對上訴人部分，只能夠證明控訴書第 2、4、7、15-18 條的事實。本案重點在於究竟上訴人什麼時候知道該等資料是不實的？庭審過程中控方的 2 名證人 D 及 E 的證言，完全不能證明上訴人是什麼時候知道該等資料是不實的。辯方證人 F 就提到上訴人是到司法警察局接受訊問時，才從其弟弟口中得知真實身份資料。學者 Manuel Leal-Henriques 認為“倘若無法接受獲證明事實中所得出的邏輯結論，

即在證據的分析中存在錯誤，且獲證明的事實之間存有不協調的情況，這樣，便屬審查證據方面明顯有錯誤。”

第二上訴人認為，其年幼時，4 歲或 6 歲的年紀對自己的出生地的印象並無清晰記憶，在文化大革命時期，根據中國人的傳統，子女必須“孝”，必須對父母言聽計從，即使在汕頭生活到 12 歲，上訴人並無勇氣質疑父母及長輩，唯有依從。上訴人內心堅信其在泰國出生，並非在 2007 年之前便已知悉其真正的出生地。自由心證原則應基於客觀標準，而不是基於對情境的“猜測”。面對本案的證據，法院應採取對嫌犯有利的決定，在存有疑問的情況下，依據存疑從無原則，應開釋上訴人被控告之偽造文件罪。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日在第 16/2000 號刑事上訴案的合議庭裁判中指出：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

換言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，除了法律規定的其他情況，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價相關被審查的證

據之證明力，並認定獲證或不獲證明的事實。

誠然，訴訟當事人出於不同的立場、經驗，對於涉案事實會作出各自不同的價值判斷。但是，上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

疑罪從無原則，是指法院在認定事實的審查證據過程中，對所審查的證據所需要證明的事實的真偽存有合理懷疑，在這種情況下，法院就應該以對嫌犯最有利為依歸，作出有利於嫌犯的事實的決定（中級法院第 368/2014 上訴案之合議庭判決）。

必須強調，這種合理懷疑並因此帶來無罪判決，必須是法官（而不是上訴人）在形成心證前就對作出決定的事實前提抱有懷疑，且這種懷疑是“合理”及“無法補救”的。

*

被上訴判決中寫道：

事實的判斷（A convicção do Tribunal baseou-se em）：

第二嫌犯 **A** 在審判聽證作出聲明，否認被指控的事實，講述案件發生的具體經過及其犯罪原因，主要表示不知母親於何地出生，之前一直以為自己於 1966 年 5 月 18 日在泰國曼谷出生，直至於 2017 年 3 月份時收到司警局通知需要前往該局接受調查，由於其想起之前父親也來澳到司警局接受調查，故其向父親查問，父親指事情不關其事，在其前往司警局前，胞弟即第三嫌犯便告知其原來其也是在中國汕頭出生的，故其此時才知悉自己的出生地在汕頭（此前第三嫌犯從沒告知其此事，二

人除過時過節家庭聚會外，也較少聯絡，家庭聚會時他也沒有提及）；A1 此名字由祖父起的，其自小也知悉；其也不知父母如何取得有關泰國護照，其來澳後與父母前往辦理證件時才知悉他們持有有關護照，後來透過律師了解才得悉父親原來在印尼出生；其自小至 16 歲期間從未到過泰國，期間一直在汕頭跟隨祖父在鄉下生活，在內地生活成長不用任何證件，其不知其戶籍如何申報，也不知當年是否以華僑身份生活，來澳後其才開始學寫泰文名字；由於小時候很少見到父親，且父親是一個很有威嚴的人，故其沒有也不敢具體問他為何自己生出地是泰國但自小就在汕頭生活的問題；來澳後，其全家人都拿到居留證及非葡萄牙籍認別證，除了兩名胞弟外，全家人也拿到澳門居民身份證；約於 1985 年，父親以在湯加投資的方式令其等取得湯加護照；約於 1988 至 1989 年期間，由於其與父母及家人到了香港開公司及工作，故取得了香港居民身份證，當時以載有泰文名字的湯加護照申請的；其原本用名為 A1，後來為了與香港身份證的名字相同，故在澳門也申請名字為 A；在日常生活及與朋友的交往中，其會使用自己的中文名字，因他人不懂讀其泰國名字；母親現時於汕頭生活。同時，嫌犯指出了其本人的個人、經濟、家庭及學歷狀況。

第三嫌犯 **B** 在審判聽證作出聲明，否認被指控的事實，講述案件發生的具體經過及其犯罪原因，主要表示不知母親於何地出生，自小一直以為自己在泰國曼谷出生，家人一直也沒告知其及胞兄他們的出生地在中國汕頭，只告知他們在曼谷出生，父親還說他們長大後帶他們回暹邏（泰國）；B1 此名字由祖父起的，其自小已知悉；其與家人來澳後一直

在本澳生活，其曾於 2007 年向身份證明局申請居留權證明書，希望獲取澳門居民身份證，但因其不具有中國國籍而被拒絕，其也接受了這事實；然而，於 2013 年其本人與朋友在交談中得悉有一名律師善長處理類似其長年在澳居住欲獲得本澳居留權的個案，故其便向有關律師諮詢，其當時也向剛巧從香港來澳的父親提及欲作出有關申請，父親便告知其實際上在汕頭出生，其可回汕頭找回一些親戚做證及找回相關資料（其當時也感到突如奇來），由於當時父親說“你們都在汕頭出生”，其意識到其本人及胞兄包括第二嫌犯也是在汕頭出生，也想起以前祖母去世前曾說過其等要“認祖歸宗”；自其於 2013 年知悉直至 2017 年第二嫌犯要到司警局協助調查這四年期間，其也沒有告知同樣在澳門生活的第二嫌犯此事實（其覺得不是甚麼特別的事），於 2017 年時因司警跟其說也會邀請第二嫌犯協助調查，故其才向第二嫌犯告知其等全部都在汕頭出生；其於 2013 年再向身份證明局申請居留權證明書且該局再次不批准時，其便向行政法院提起訴訟，期間，其便提交了一份載有其本人及母親在汕頭出生的公證書（其於 2015 年才取得該份公證書）；其亦不知父母如何取得有關泰國護照，其來澳後與父母前往辦理證件時才知悉他們持有有關護照；其自小至 12 歲期間從未到過泰國，期間一直在汕頭生活；其與對上的一名胞兄未能拿到澳門居民身份證，因為當年其於 18、19 歲至約 23 歲到了外地讀書，父母沒有替其辦理居留證及非葡萄牙認別證的續期，但其回來後也能取得香港居民身份證；在日常生活及與朋友的交往中，其會使用自己的中文名字。同時，嫌犯指出了其本人的個人、經濟、家庭及學歷狀況。

鑒於第三嫌犯在審判聽證中所聲明的內容與其當初在檢察院所作訊問筆錄的聲明內容有部份存有明顯矛盾，故應檢察院的聲請，根據《刑事訴訟法典》第 338 條第 1 款 b 項的規定，宣讀了該嫌犯的有關聲明（卷宗第 83 頁背頁所確認的司法警察局訊問筆錄於卷宗第 27 頁倒數第二段）：雖然其分別於 2008 年及 2013 年向身份證明局申請居留權證明書時，已經知悉其真正出生地為內地，但當時未有任何書面證明其出生地為內地，故此，在上述期間申請居留權證明書時，只好仍舊依照以往的身份證明文件申請資料為泰國，到 2015 年，嫌犯從內地成功申請其出生證明文件，嫌犯為盡快恢復中國籍，故立即將其真實的出生證明文件提供身份證明局。

證人 D（終審法院院長辦公室司法事務處代處長，前身份證明局職員）在審判聽證作出聲明，客觀及清晰講述第三嫌犯向身份證明局申請居留權證明書的具體情況，主要指出第三嫌犯先後兩次向身份證明局申請居留權證明書並為此遞交了一些文件（包括分別提交了泰國及湯加護照資料），由於當時身份證明局判斷及認為他有外國國籍，故不批准他的居留權證明書申請，他就身份證明局第二次的決定提出行政法院提起訴訟，後來他遞交了一份載有其本人在中國內地出生的證明文件，當時身份證明局也相約第三嫌犯面談，他指出自己沒有去過到過湯加；第三嫌犯很久以前曾獲發過非葡萄牙籍認別證，但該證沒有被續期就會被取消；附卷 A 第 103 頁的認別證申請書是第三嫌犯滿十八歲時所遞交的，按道理他已可自己簽署，但沒有核實該申請書上的簽名是否由他本人簽

署；若第三嫌犯最初直接遞交其於中國內地出生的證明文件，且在本澳居住滿七年，則可以獲得居留權及澳門永久性居民身份證。

司法警察局偵查員 **E** 在審判聽證中作出聲明，客觀及清晰講述了調查本案的具體情況，尤其指出其替三名嫌犯落口供及調查他們的出生地，第二嫌犯及第三嫌犯以往一直向行政當局報稱出生地為泰國，在他們成年後亦然，第三嫌犯在某年續期證件時其實已知其出生地為內地而非泰國，其沒有向泰國政府確認三名嫌犯的出生地是否為泰國。

辯方證人 **F**（第二嫌犯的朋友）在審判聽證作出聲明，講述其認識第二嫌犯的經過及他的為人，主要指出其透過妻子認識了第二嫌犯約十八年，知悉第二嫌犯有一泰國姓名，朋友們都稱第二嫌犯的別名為“泰仔”，在交往中，第二嫌犯曾指出自己在泰國出生，自小在中國內地生活、成長、讀書，祖先姓 X，十多歲時來澳並以泰國姓名讀書生活，之後因風水原因改了一個中國名字，希望生意暢旺和身體健康，第二嫌犯後來告知其，因他胞弟原因而前往錄取口供時，才知悉自己在中國內地出生；第二嫌犯自資開設鐘錶博物館，其認為第二嫌犯是一名認真做事、有責任感和義氣及善心之人。

載於卷宗及各附卷內的書證資料，尤其但不限於如下：

第一嫌犯：卷宗第 16 至 20 頁及第 185 至 192 頁、第三附件第 6 至 8 頁、第 11 頁、第 13 頁、第 22 至 23 頁、第 35 頁、第 40 至 41 頁。

第二嫌犯：卷宗第 185 至 192 頁、第四附件第 3 至 4 頁、第 8 頁、第 16 頁、第 18 頁、第 26 頁、第 32 至 33 頁及第 39 頁。

第三嫌犯：卷宗第 16 至 20 頁及第 185 至 192 頁、第一附件第 2 頁、第 9 至 11 頁、第 31 至 33 頁、第 103 頁及第 105 頁。

本法院客觀及綜合分析了各嫌犯及各證人分別在審判聽證中所作出的聲明，結合在審判聽證中所審查書證資料，以及其他證據後，並在配合一般常理及經驗法則下形成心證。

在本案中，第二嫌犯及第三嫌犯否認指控，第二嫌犯辯稱直至 2017 年前往司法警察局協助調查前才獲第二嫌犯告知其真正出生地為汕頭，第三嫌犯也解釋其僅於 2013 年才獲父親告知此事情及於 2015 年才實際取得有關其在汕頭出生的公證書以向行政法院及身份證明局，兩名嫌犯均指出自小一直以為其等的出生地真的為泰國曼谷，故其等才一直向行政當局申報自己的泰國名字及出生地在泰國。

儘管第二嫌犯及第三嫌犯否認作出被指控事實的主觀故意，也即使該兩名嫌犯跟隨父母由內地來澳時僅分別為 16 歲及 12 歲，然而，按照該兩名嫌犯自己所指，其等自小及一直在汕頭生活及成長，一直以中文姓名 A1 及 B1 在內地生活，倘若其等二人當年已被父母告知而使其等認知上以為其等的出生地為泰國屬實，按照常理，其等理應自小便會以為自己為泰國華僑，而按照中國內地於上世紀六十至八十年代對待本地人士及華僑的待遇及管治政策是明顯有所不同的，該兩名嫌犯理應不會察覺不到自己的生活與其他的本地人士無異此奇怪之處，按理也不會不向父母或家人查問究竟，尤其第二嫌犯來澳前已 16 歲，有相當的認知能力，但其十六年來均在內地汕頭生活成長，其不可能對其出生地與多年成長地不吻合不會產生懷疑或向家人了解。更何況，第二嫌犯比第三嫌

犯年長四歲，二人之間更有一名兄弟，倘若當年他們各人均被家人告知並認為或相信自己是在泰國出生，及每名兄弟出生後便返回內地汕頭生活成長，難道他們的母親每每在懷孕產子前便特地從內地前往泰國曼谷產子（四年內生了三名兒子）？！以當年出入境中國不是這麼容易的情況下，這根本是較難發生的，故此，一直在內地生活多年的第二嫌犯在成長過程中理應不會察覺不到有關問題。

事實上，上述兩名嫌犯尤其第二嫌犯在審判聽證中經常強調其祖父因當年是資本家而經常被批鬥，導致跟隨祖父生活的第二嫌犯沒有真正曾上學，然而，正正很可能因其祖父或家人當年此方面的背景，導致 G 及有關嫌犯一家當年就不想留在內地生活，透過不知名方式取得屬外國人的泰國護照來澳生活定居，為著與有關泰國護照內容相呼應，三名嫌犯便不得不使用泰國名字及申報出生地為泰國，且第二嫌犯及第三嫌犯來澳後才使用及學習書寫有關泰國名字，其等在內地生活及成長時一直使用他們原有的中文名字。所以，在此等背景下，按照常理及經驗法則，三名嫌犯（尤其第一嫌犯及第二嫌犯）實際上或理應不會不知彼等的出生地是在中國廣東省汕頭市，即使第二嫌犯及第三嫌犯來澳時僅有 16 歲及 12 歲亦然（極其量只可說他們當年欠缺選擇的權利，只可跟隨父母的意思行事）。

雖然無可否認，第二嫌犯及第三嫌犯來澳時尚未滿 18 歲，當年很多向行政當局申請的文件均由父母替其等填寫及簽署，然而，在該兩名嫌犯成年後，第二嫌犯曾於 1997 年及 2008 年以其泰國名字及出生地為泰國的身份向身份證明司及身份證明局申請澳門居民身份證及相關續期，

第三嫌犯亦曾於 2007 年及 2013 年以其泰國名字及出生地為泰國或曼谷的身份向身份證明局申請居留權證明書。按照第三嫌犯在審判聽證中的解釋及其被宣讀的聲明內容，其在向身份證明局以上述泰籍身份申請居留權證明書時已明顯知悉其真正出生地為內地，而非泰國。

再者，即使第三嫌犯辯稱其於 2013 年才從父親口中得知自己及兄弟的出生地為汕頭，其一方面表示對此感到突然，另一方面卻又表示這不是甚麼特別的事，故直至 2017 年這四年期間從沒有將此事告知第二嫌犯，本法院認為這解釋顯然是不符合常理及邏輯的，唯一合理解釋是因為第二嫌犯根本早知自己的真正出生地為內地，所以第三嫌犯便沒有需要於其所聲稱的 2013 年將此如此重要的事情告知第二嫌犯。按照本案的發展背景及來龍去脈，以及常理和經驗法則，本法院認為，第三嫌犯於 2007 年向身份證明局申請時沒有提及其出生於中國內地的身份是因為希望以當時表面上合法的泰國身份成功申請澳門居民身份證，但當時被拒絕後便接受了有關結果，然而，直至 2013 年因諮詢了律師意見後，得悉原來用回真正內地的出生地便可有機會申請成功，故向父親了解以甚麼方式取得有關證明文件或有關人證後，便積極找尋相關證明文件，但在未成功取得文件前，其亦再向身份證明局先以名字 B 的身份再作出有關申請。

至於第一嫌犯的部份，除了上述提及關於該嫌犯的證據分析外，按照卷宗內的資料、作案時該嫌犯的年齡、該嫌犯的父母登記名字為中文，結合常理及經驗法則，其根本不會不知自己的出生地為中國廣東省汕頭市，也不會不知自己實際上為中國籍，亦不會不知當年其所持有的泰國

護照內除相片及其本人和兩名兒子的出生日期外，其餘身份資料均屬虛構的，但其仍在此情況下，為著能逗留在澳門，先後向有關當局虛報有關泰國身份以獲取相關證件，包括後來的申請澳門居民身份證、申請續期及澳門永久性居民身份證。

在本案中，根據所有的證據資料，結合常理及經驗法則，本法院認為第二嫌犯及第三嫌犯的交待內容並不坦白，有明顯隱瞞實情之處，我們可判斷到三名嫌犯作案原因實際上應只想維持著一直以來所申報的泰國身份，以便與以往已提交的證明文件相互對應，在沒有必要的情況下也沒打算改變（第一嫌犯及第二嫌犯早已成功取得了澳門居民身份證，故不改回中國籍未見對他們二人有實質影響，唯一是因第三嫌犯欲取回澳門居留權及澳門居民身份證而使本案被揭發），然而，這原因並不妨礙三名嫌犯在作案時仍具備有關主觀故意。

基於此，本法院認為本案有充分證據認定三名嫌犯實施被指控的事實，因而足以對上述事實作出認定。

*

兩名上訴人質疑原審法院沒有正確理解，甚者不去了解其等出生年代的政治運動、原生家庭的背境、當時生活氛圍等情況，其等的成長年代背景，沒有基於客觀標準去衡量證據。

綜觀整個被上訴判決，特別是上述“事實之判斷”部分，原審法院仔細考慮了兩名上訴人所提及的相關因素，但是，時代背景與行為人是否觸犯法律之間不存在必然的因果關係，更不構成阻卻其行為不法性的情節。

事實上，上訴人是在質疑原審法院對事實的認定，以表達其對原審法院所認定的事實的不同意見來試圖質疑法官的自由心證。

當然，不受質疑的自由心證必須是在以客觀的、合乎邏輯及符合常理的方式審查分析證據的基礎上所形成的心證。

原審法院根據本案所得之證據，特別是，兩名上訴人的聲明、各證人的聲明、卷宗內的文件等，而認定相關事實，當中沒有發現任何違反一般經驗法則、常理和邏輯，不存在違反限定證據價值之規則，也沒有違反職業準則，亦無違反存疑從無原則的情況，故不存在審查證據方面之錯誤，更罔稱明顯錯誤。

據此，原審法院在審查證據方面並不存在上訴人指稱的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵。兩名上訴人不能僅以其個人觀點為由試圖推翻原審法院所形成的客觀心證，其等所提出的上訴理由均不成立。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定兩名上訴人的上訴理由均不成立，維持原審判決。

*

判處兩名上訴人各自支付其本人上訴之訴訟費用，兩名上訴人各自須支付的司法費定為 6 個計算單位。

著令通知。

—*—

澳門，2022 年 9 月 28 日

周艷平（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

陳廣勝（第二助審法官）